



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº 103/16

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA CASTELLAMARE MARCENARIA MÓVEIS DE DECORAÇÃO LTDA - ME PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O 5º ANDAR DO PRÉDIO ANEXO I E O 5º ANDAR DO PRÉDIO SEDE.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob nº 50.290.931/0001-40, isento de Inscrição Estadual, com sede na Av. Rangel Pestana, 315, Centro, São Paulo, Capital, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico do Departamento Geral de Administração, Sr. **Carlos Eduardo Corrêa Malek**, RG nº 13.146.149-7 e CPF nº 075.299.248-18, conforme delegação de competência fixada pela Resolução 1/97 e Ato 1.917/15, publicado no DOE de 8 de outubro de 2.015, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CASTELLAMARE MARCENARIA MÓVEIS DE DECORAÇÃO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 20.181.247/0001-69, com sede na Av. Cipriano Rodrigues, nº 11, Vila Formosa, São Paulo/SP - CEP 03361-010, representada na forma de seu contrato social pelo Sr. **Paulo Cesar do Nascimento Abreu**, RG nº 1.601.020 SSP/PI e CPF nº 756.876.403-63, na qualidade de vencedora do Pregão Eletrônico nº 66/16, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, firmam o presente contrato, autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente às fls. 626 dos autos do Processo TC-A nº 9.025/026/16, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1- Fornecimento e instalação de mobiliário para o 5º andar do prédio Anexo I e 5º andar do prédio Sede do **CONTRATANTE**, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.2- Consideram-se partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 66/16 e seus Anexos;
- b) Proposta de 11 de outubro de 2.016, apresentada pela **CONTRATADA**;
- c) Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 66/16.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

1.3- O valor inicial atualizado deste contrato poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, DE EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS, DE ENTREGA, DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO E DE GARANTIA DO OBJETO

2.1- A **vigência** deste contrato inicia-se com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo, encerrando-se no término da garantia do objeto.

2.2- O **prazo de entrega** do objeto será de até **45** (quarenta e cinco) **dias** contados da data indicada pelo **CONTRATANTE** na **Autorização para Início dos Serviços**, a ser expedida em até **5** (cinco) **dias** da **publicação do extrato** deste contrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.3- A **Comissão de Fiscalização** expedirá, em **5** (cinco) **dias** da **instalação do objeto**, o **Termo de Recebimento Provisório** e, **10** (dez) **dias** após o recebimento provisório e o cumprimento das condições estabelecidas na Cláusula Terceira, o **Termo de Recebimento Definitivo**.

a) As condições para a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e demais condições de fornecimento estão dispostas na Cláusula Terceira.

2.4- O **prazo de garantia do objeto** deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de expedição do **Termo de Recebimento Definitivo**.

a) Durante o prazo de vigência da garantia, a **CONTRATADA** obriga-se a repor as peças/componentes e os acessórios danificados, no prazo de até **5** (cinco) **dias úteis**, a partir do recebimento por ela da comunicação por escrito. Todas as despesas com reparos que não resultarem do mau uso dos produtos, durante o prazo de vigência da garantia, correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DE RECEBIMENTO E SANEAMENTO DE IRREGULARIDADES

3.1- A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e na proposta



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

3.2- O objeto será recebido por **Comissão de Fiscalização** designada pelo **CONTRATANTE**, que expedirá a **Autorização para Início dos Serviços** e os **Termos de Recebimento (provisório e definitivo)**.

3.3- A instalação deverá ser agendada junto à **Comissão de Fiscalização** pelos canais de comunicação tratados entre as partes;

3.3.1- O local de carga e descarga encontra-se dentro da ZMRC (Zona de Máxima Restrição de Circulação) sujeito, portanto, à legislação municipal pertinente.

3.4- Executado, o objeto será recebido pela Comissão de Fiscalização:

3.4.1- Provisoriamente, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, em **5** (cinco) **dias** após a entrega do mobiliário completamente montado, instalado e em perfeitas condições;

3.4.2- Definitivamente, mediante **Termo de Recebimento Definitivo**, em **10** (dez) **dias** do recebimento provisório, passando então a fluir o prazo de garantia do objeto;

a) O **Termo de Recebimento Definitivo** será lavrado com observância, no que couber, das disposições da Ordem de Serviço nº GP-02/2001 expedida pelo **CONTRATANTE** (anexa ao Edital), desde que a **Comissão de Fiscalização** tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais;

b) Com a emissão do **Termo de Recebimento Provisório**, a nota fiscal/fatura entregue à **Comissão de Fiscalização** será encaminhada a pagamento.

3.5- Constatadas irregularidades no objeto, a **Comissão de Fiscalização**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) **Rejeitá-lo no todo ou em parte** se não corresponder às especificações do Termo de Referência anexo ao Edital, determinando sua substituição/correção;

b) **Determinar sua complementação** se houver diferença de quantidades ou de partes.

3.6- As **irregularidades** deverão ser sanadas de acordo com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **5 (dias) dias úteis**, contados do recebimento pela **CONTRATADA** da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado, **exceto quando a irregularidade for justificadamente considerada de caráter grave ou urgente**, hipótese em que poderá ser fixado prazo menor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

3.6.1- Eventuais solicitações de prorrogação de prazo para saneamento de irregularidades deverão ser apresentadas à Comissão de Fiscalização do contrato dentro do prazo fixado por esta.

3.6.2- Os pedidos de solicitação de prorrogação de prazo para saneamento de irregularidades serão apreciados pelo Diretor Geral de Departamento, que os decidirá.

3.7- O **recebimento definitivo** não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança dos produtos entregues.

3.8- Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA VALOR, RECURSOS E PAGAMENTO

4.1- O valor total do presente contrato é de **R\$ 100.600,00 (cem mil e seiscentos reais)**, o qual correrá por conta da Funcional Programática 01.032.0200.4821 - Elemento: 4.4.90.52.32.

4.2- Os documentos de cobrança deverão ser entregues para a **Comissão de Fiscalização**;

4.3- O pagamento será efetuado pela tesouraria do **CONTRATANTE**, no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da emissão do **Termo de Recebimento Provisório**, mediante depósito em conta corrente em nome da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S.A., desde que a correspondente nota fiscal/fatura tenha sido emitida sem incorreções.

4.4- Não será iniciada a contagem de prazo para pagamento, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções ou irregularidades, sendo de **2 (dois) dias**, a contar da comunicação pela Comissão de Fiscalização, o prazo para sua regularização.

4.5- Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

4.6- Conforme legislação vigente, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

4.7- A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

4.8- Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente;

4.9- Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no "Cadastro Informático de Crédito não Quitados de órgão e entidades estaduais - **CADIN ESTADUAL**".

4.10- Os pagamentos respeitarão, ainda, as disposições do termo contratual e, **no que couber**, a Ordem de Serviço GP nº 02/2001 do **CONTRATANTE** - Anexo VI do Edital.

4.11- No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de **recuperação judicial**, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

4.12- No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de **recuperação extrajudicial**, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.13- A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 4.11 e 4.12 assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das disposições constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, a **CONTRATADA** obriga-se a:

5.1- Manter, durante todo o prazo de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

5.2- Cumprir os termos do presente contrato e do Edital e seus anexos, na estrita observância da legislação pertinente em vigor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

5.3- Assegurar ao **CONTRATANTE** o prazo mínimo de garantia apresentado em sua proposta comercial.

5.4- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.

5.5- Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo à suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.

5.6- Responder e responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como, tomando ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

5.7- A **CONTRATADA** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela **Comissão de Fiscalização** e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à **Comissão de Fiscalização**.

CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1- Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

6.2- Indicar, formalmente, **Comissão de Fiscalização** para acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

6.3- Permitir acesso dos funcionários da **CONTRATADA** ao local determinado para a entrega/instalação do objeto.

6.4- Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade no fornecimento do produto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SÉTIMA GARANTIA CONTRATUAL

7.1- Para assegurar a execução ora pactuada, a **CONTRATADA** prestou garantia conforme previsão contida no instrumento convocatório, no valor de R\$ 5.030,00 (cinco mil e trinta reais) equivalente a **5%** (cinco por cento) do valor total deste contrato.

7.2- A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída **após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo**, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

7.3- Se o valor da garantia for utilizado no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a **CONTRATADA**, notificada por meio de correspondência simples, obrigará-se a repor ou completar o seu valor, no prazo máximo e improrrogável de **2 (dois) dias**, contados do recebimento da referida notificação.

7.4- Ao **CONTRATANTE**, cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA RESCISÃO E SANÇÕES

8.1- O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1.994, autorizam, desde já, o **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

8.2- Aplicam-se a este contrato as sanções estipuladas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e na Resolução nº 5, de 1º de setembro de 1.993, alterada pela Resolução nº 3/2008, do **CONTRATANTE**, que a **CONTRATADA** declara conhecer integralmente.

8.3- No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos do **CONTRATANTE** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

8.4- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5- A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

8.6- No caso de a **CONTRATADA** encontrar-se em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

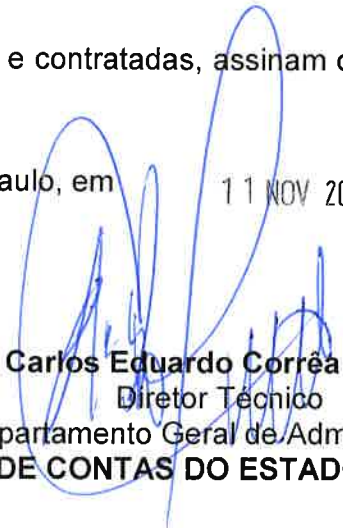
8.7- No caso de a **CONTRATADA** encontrar-se em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA FORO

9.1- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

9.2- E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

São Paulo, em 11 NOV 2016



Carlos Eduardo Corrêa Malek
Diretor Técnico
Departamento Geral de Administração
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

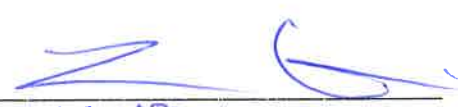

Paulo Cesar do Nascimento Abreu
Sócio

Paulo César do Nascimento Abreu
CNPJ: 20.181.247/0001-69

CASTELLAMARE MARCENARIA MÓVEIS DE DECORAÇÃO LTDA - ME

Testemunhas:


Nome: Raimunda N. Mendes Celso
RG nº: 50.603.199-8


Nome: LEONARDO
RG nº: 36909970-8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO AO CONTRATO

PLANILHA DE PREÇOS PROCESSO TC-A nº 9.025/026/16

Lote 01							
Item	Código/ Descrição resumida (*)	Dimensões	Local de instalação	Marca Modelo Procedência	Qtde.	Preço Unitário do item (R\$)	Preço Total do item (R\$)
1	AA1 - ARMÁRIO ALTO	0,80m x 0,55m x 2,40m (c x l x a)	ASSESSORIA CRRM 5º andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	2 un	1.000,00	2.000,00
2	AA2 - ARMÁRIO ALTO	1,80m x 0,55m x 2,40m (c x l x a)	ASSESSORIA CRRM 5º andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	2.000,00	2.000,00
3	AA3 - ARMÁRIO ALTO	1,20m x 0,55m x 2,40m (c x l x a)	ASSESSORIA CRRM 5º andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	2 un	1.500,00	3.000,00
4	AA4 - ARMÁRIO ALTO	0,80m x 0,40m x 2,40m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.400,00	1.400,00
5	AA5 - ARMÁRIO ALTO	1,20m x 0,40m x 2,40m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.500,00	1.500,00
6	AB1 - ARMÁRIO BAIXO	0,60m x 0,60m x 0,60m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	4 un	500,00	2.000,00
7	AB2 - ARMÁRIO BAIXO	0,80m x 0,40m x 0,74m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	3 un	550,00	1.650,00
8	AB3 - ARMÁRIO BAIXO	0,50m x 0,50m x 0,74m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	2 un	590,00	1.180,00
9	AB4 - ARMÁRIO BAIXO	0,70m x 0,70m x 0,74m (c x l x a)	SALA EXPEDIENTE 5º andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	650,00	650,00
10	B1 - BALCÃO	1,40m x 0,40m x 1,10m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.100,00	1.100,00
11	B2 - BALCÃO	2,70m x 0,40m x 1,10m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	2.100,00	2.100,00
12	B3 - BALCÃO	0,80m x 0,40m x 1,10m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.000,00	1.000,00
13	E1 - ESTANTE ALTA	0,80m x 0,40m x 2,40m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	24 un	1.150,00	27.600,00
14	E2 - ESTANTE ALTA	1,20m x 0,40m x 1,90m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.400,00	1.400,00
15	E3 - ESTANTE ALTA	1,20m x 0,40m x 2,40m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5º andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.800,00	1.800,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

16	E4 - ESTANTE ALTA	0,60m x 0,60m x 2,00m (c x l x a)	SALAEXPEDIENTE 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	840,00	840,00
17	EL1 - ESTANTE EM L	0,98m x 0,40m x 0,98m x 0,40m x 1,90m (c x l x c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	2.000,00	2.000,00
18	EL2 - ESTANTE EM L	0,98m x 0,40m x 0,98m x 0,40m x 2,40m (c x l x c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	2.500,00	2.500,00
19	ML1 - MESA EM L	1,40m x 0,70m x 1,10m x 0,50 m x 0,74m (c x l x c x l x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	1.450,00	1.450,00
20	ML2 - MESA EM L	1,40m x 0,70m x 1,40m x 0,50 m x 0,74m (c x l x c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	8 un	1.187,50	9.500,00
21	ML3 - MESA EM L	1,40m x 0,50m x 1,40m x 0,70 m x 0,74m (c x l x c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	8 un	1.187,50	9.500,00
22	MR1 - MESA RETA	1,40m x 0,60m x 0,74m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	980,00	980,00
23	MR2 - MESA RETA	1,10m x 0,70m x 0,74m (c x l x a)	SALA EXPEDIENTE 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	4 un	700,00	2.800,00
24	GV - GAVETEIRO VOLANTE	0,40m x 0,50m x 0,59m (c x l x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	17 un	500,00	8.500,00
25	D1A - DIVISÓRIA DE MESA	2,20m x 0,015m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	3 un	288,33	864,99
26	D2 - DIVISÓRIA DE MESA	1,40m x 0,015 m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	7 un	285,71	1.999,97
27	D2R - DIVISÓRIA DE MESA	1,40m x 0,015m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	4 un	375,00	1.500,00
28	D3A - DIVISÓRIA DE MESA	1,415m x 0,015m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	283,33	283,33
29	D4 - DIVISÓRIA DE MESA	1,115m x 0,015m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	3 un	240,00	720,00
30	D5 - DIVISÓRIA DE MESA	0,715m x 0,015m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	2 un	198,33	396,66
31	D6 - DIVISÓRIA DE MESA	0,50m x 0,015m x 0,65m (c x e x a)	ASSESSORIA CRRM 5° andar Anexo I	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	2 un	166,02	332,04
32	D7A - DIVISÓRIA DE MESA	1,415m x 0,015m x 0,50m (c x e x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	3 un	273,33	819,99
33	D7R - DIVISÓRIA DE MESA	1,415m x 0,015m x 0,50m (c x e x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	3 un	295,00	885,00
34	D7 - DIVISÓRIA DE	1,415m x 0,015m x	CARTÓRIO CDER	C.T.M.	2 un	320,00	640,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	MESA	0,50m (c x e x a)	5° andar Sede	PRÓPRIA NACIONAL			
35	D8R - DIVISÓRIA DE MESA	1,40m x 0,015m x 0,50m (c x e x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	4 un	305,00	1.220,00
36	D8 - DIVISÓRIA DE MESA	1,40m x 0,015m x 0,50m (c x e x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	9 un	250,00	2.250,00
37	D9A - DIVISÓRIA DE MESA	1,015m x 0,015m x 0,50m (c x e x a)	CARTÓRIO CDER 5° andar Sede	C.T.M. PRÓPRIA NACIONAL	1 un	238,00	238,00
Preço total do Lote 1 (R\$)							100.600,00